CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

REQUERIMENTO Nº - 7636/2025

REQUER A INSTALAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA,

Os Vereadores abaixo assinados, no uso de suas atribuições legais, e na forma da lei, especialmente a Lei Nacional n. 1.579, de 18 de março de 1952, bem como o artigo 32, inciso XIII da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 61 do Regimento Interno desta Casa, vêm à presença de V.Exa., depois de cumpridos os requisitos da lei, solicitar a instalação e a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito a fim de investigar a exploração sexual no âmbito do município de Fortaleza.

A exploração sexual é uma violação gravíssima dos direitos humanos, que vitima principalmente crianças, adolescentes, mulheres e populações em situação de vulnerabilidade social. No município de Fortaleza, relatos constantes indicam a persistência de redes criminosas dedicadas a essa prática, muitas vezes associadas ao tráfico de pessoas, ao narcotráfico e a outras formas de violência. Diante disso, torna-se imperiosa a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal, com o objetivo de apurar tais denúncias, identificar responsáveis e propor medidas eficazes de combate e prevenção.

1. Contexto e Gravidade do Problema:

Fortaleza, como grande metrópole brasileira, enfrenta desafios estruturais que favorecem a exploração sexual, tais como:

Scanned with CamScanner

- Altos índices de desigualdade social, que deixam milhares de pessoas em situação de risco;
- Fragilidade de políticas públicas voltadas à proteção de vítimas e ao enfrentamento das redes criminosas;
- Subnotificação de casos, devido ao medo de represálias e à falta de canais seguros de denúncia;
- Turismo sexual, que explora a vulnerabilidade de comunidades periféricas e zonas turísticas da cidade.

Dados do Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos, e relatórios de organizações como o Comitê Cearense de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes evidenciam a urgência de uma investigação aprofundada.

2. Necessidade de uma CPI:

Nesta toada, a CPI é o instrumento adequado para:

- Apurar denúncias de envolvimento de agentes públicos ou privados em redes de exploração sexual;
- Mapear locais de maior incidência do crime, como zonas de prostituição, hotéis, bares e áreas de vulnerabilidade social;
- Avaliar a eficácia das políticas municipais de enfrentamento à exploração sexual;
- Propor medidas legislativas e administrativas para fortalecer a rede de proteção e responsabilizar os envolvidos.

A instalação desta CPI representará um marco no combate à exploração sexual em Fortaleza, demonstrando o compromisso do Legislativo Municipal com a defesa dos direitos humanos e a segurança da população.

Scanned with CamScanner

Assim, senhor Presidente, com fundamento em toda a legislação em vigor, preenchido o requisito formal de apoio de pelo menos um terço dos vereadores do Município, solicitamos a imediata instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito para funcionar pelo prazo certo de cento e vinte dias, prorrogável por igual período mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos, a fim de dar prosseguimento à apuração das denúncias aqui suscitadas, que tem como fato determinado investigar a exploração sexual no âmbito do município de Fortaleza.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO EM DE DE 2025

PDT

Scanned with CamScanner